



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , de 2018 **(Do Sr. Goulart)**

Institui a Semana Nacional de incentivo à doação de órgãos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional de incentivo à doação de órgãos a ser celebrada anualmente na última semana de setembro.

Art. 2º Os objetivos da Semana Nacional de incentivo à doação de órgãos são:

I – estimular a discussão no âmbito familiar sobre o desejo de ser ou não um doador de órgãos;

II – promover ações educacionais dirigidas a profissionais de saúde sobre o tema transplante de órgãos;

III – organizar campanhas de esclarecimento para a população, disponibilizando informações claras e específicas sobre os conceitos básicos de morte encefálica, doação de órgãos, custo de doação, aparência do corpo após a retirada de órgãos, aspectos éticos, entre outras orientações.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A disposição de tecidos, órgãos e partes do corpo humano pode ocorrer em vida para fins terapêuticos, ou para transplantes em cônjuge ou parentes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

consanguíneos até o quarto grau, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea. Esse tipo de doação só pode ocorrer quando se tratar de órgãos duplos, de partes de órgãos, tecidos ou partes do corpo cuja retirada não impeça o organismo do doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade e não represente grave comprometimento de suas aptidões vitais e saúde mental e não cause mutilação ou deformação inaceitável, e corresponda a uma necessidade terapêutica comprovadamente indispensável à pessoa receptora.

Já no caso de retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica, dependerá de autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte.

No Brasil, a Lei nº 9.434, de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, determina no parágrafo único do seu art. 11 que os órgãos de gestão nacional, regional e local do Sistema Único de Saúde (SUS) realizarão periodicamente, através dos meios adequados de comunicação social, campanhas de esclarecimento público dos benefícios esperados a partir da vigência da referida Lei e de estímulo à doação de órgãos. Reconhecidamente, essas campanhas têm importância significativa no aumento das doações de órgãos. Medidas de educação contínua e políticas de saúde pública que incentivem as pessoas a manifestarem o desejo de serem doadoras são estratégias importantes para aumentar a quantidade dessas doações.

Enfatiza-se que a falta de esclarecimento, o medo do tráfico de órgãos, a ausência de programas direcionados para a conscientização da população e para o incentivo à captação de órgãos, conforme mencionado, contribuem para aumentar as dúvidas e preconceitos existentes em torno do assunto. Assim, prolonga-se mais ainda o sofrimento de pacientes que aguardam numa lista de espera a possibilidade de realização de transplante.

Na maioria das vezes, a falta de conhecimento torna-se um entrave à doação de órgãos. As famílias que compreendem bem o diagnóstico de morte



CÂMARA DOS DEPUTADOS

encefálica são mais favoráveis à doação de órgãos. Já aquelas famílias que se opõem à doação frequentemente desconhecem o referido conceito, têm medo da manipulação do corpo e medo de diagnóstico errado de morte.

A crença religiosa também é considerada como motivo para recusa de doação. Além disso, muitas vezes a família espera que um milagre aconteça, apesar de a morte encefálica já ter ocorrido. Nesse contexto, aqueles que não compreendem esse diagnóstico podem interpretar o consentimento da doação de órgãos como uma autorização de morte para o ente querido. Por essas razões, infelizmente, estima-se que um pequeno percentual de potenciais doadores de órgãos, de fato, serão doadores efetivos. A negativa de consentimento por parte da família poderia ser contornada mais facilmente se os profissionais de saúde envolvidos no processo de captação de órgãos conseguissem esclarecer de forma competente todas as dúvidas dessas famílias. Ademais, observa-se nesse contexto a importância da discussão do assunto dentro das famílias. Na maioria das vezes o consentimento ocorre quando o familiar falecido manifestou previamente o desejo de ser doador.

Assim, enfatiza-se a importância de um período anual de conscientização sobre a importância da doação de órgãos. Apesar de a sociedade, em geral, considerar a doação um ato de solidariedade, trata-se de uma decisão tomada muitas vezes em um momento de grande dor e sentimento de perda. A ausência de discussão prévia sobre o assunto no âmbito familiar torna mais difícil a decisão de autorização a remoção dos órgãos para doação.

Optou-se por celebrar a Semana Nacional de incentivo à doação de órgãos na última semana de setembro para que as ações sejam somadas às atividades de comemoração do Dia Nacional de Incentivo à Doação de Órgãos que acontecem no dia 27 de setembro. Essa data foi instituída pela Lei nº 11.584, de 2007.

Com base em todo o exposto e tendo em vista a enorme relevância social da proposta, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Sessões, em de de 2018.

**Deputado GOULART
PSD/SP**